

Reflexões sobre o conceito de “Antiguidade Tardia”

VERÔNICA DA COSTA SILVEIRA*

No livro com o sugestivo título “*The fall of Rome and the end of Civilization*”, Bryan Ward-Perkins faz uma forte crítica às interpretações que relativizam o declínio do Império Romano e a responsabilidade dos avanços dos bárbaros nesse processo.¹ Conforme o pesquisador, desde a popularização do conceito de Antiguidade Tardia, que muito deve aos trabalhos de Peter Brown, palavras como “crise”, “declínio” ou “queda” do Império rarearam entre os historiadores dedicados especialmente aos anos pós 476 (WARD-PERKINS, 2005: 1-10). B. Ward-Perkins faz, em poucas palavras, uma crítica ao conceito de Antiguidade Tardia.

De fato, falar em Antiguidade Tardia ou Alta Idade Média implica numa determinada perspectiva sobre os destinos do Império Romano Ocidental após a chegada e estabelecimento de populações estrangeiras no interior das áreas sob a autoridade romana. Comumente os historiadores que adotam a nomenclatura “Alta Idade Média” salientam a ruptura que separou a Antiguidade do período consagrado sob a alcunha de Idade Média, enquanto os partidários da Antiguidade Tardia insistem numa continuidade perpetrada pelos novos agentes políticos no interior do Império. De todo o modo, o Império Romano é o ponto de referência tanto para os primeiros quanto para os segundos. Todavia, muito embora a emergência do conceito de “Antiguidade Tardia” seja relativamente recente, as interpretações divergentes sobre a queda do Império e seu significado para a história europeia – ou universal – figuram desde o século XVIII.² Eruditos como E. Gibbon e J. Herder apresentavam leituras sensivelmente diferentes sobre a Queda de Roma. Enquanto o primeiro lamentava o triste acontecimento, o

*Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em História Social. Doutoranda.

¹ Usamos a alcunha “bárbaros” justamente por ser genérica, uma vez que o termo bastante utilizado “germanos” insere populações de origens provavelmente diversas numa mesma categoria. (Sobre isso: TODD, 2004; Collins, 2005 e Geary, 2005).

² Poderíamos ainda retroceder para os séculos IV e V onde autores pagãos e cristãos, como Zózimo e Agostinho de Hipona, divergiam sobre as causas das misérias que os romanos experimentavam em um período de crise. Todavia, como bem apontou S. Mazzarino, a tópica do declínio (*inclinatio*) do Império apareceu apenas no século XV, especialmente com a obra de Flávio Biondo “*Historiarum ab inclinatione Romanorum imperii decades tres*”. (MAZZARINO, 1991: 87-89).

segundo comemorava o fim da decadência romana e o novo vigor trazido pelos germanos.

Essa polêmica se intensificou no decorrer do século XIX concomitante ao recrudescimento do nacionalismo, quando autores como N.D. Fustel de Coulanges relacionaram os germanos dos primeiros cinco séculos da Era Cristã com os alemães do século XIX e seus perigosos impulsos expansionistas. A compreensão dos acontecimentos que supostamente derrubaram Roma tinha um caráter teleológico: ao mesmo tempo em que alertava os franceses, por exemplo, acerca da ameaça alemã, despertava, sob a pena de autores como Leopold van Ranke, o orgulho dos alemães. (FUSTEL DE COULANGES, 1872; Ainda: GEARY, 2005).

Com as desconfianças acerca do nacionalismo exacerbado após a II Guerra Mundial e com a pacificação da Europa Ocidental no decorrer do século XX, conforme defende Ward-Perkins, a queda de Roma passou a ser objeto de dúvidas. Teriam de fato os germanos destruído o Império Romano? Teriam eles injetado novo fôlego num ocidente decadente? Os séculos IV e V representaram uma época de colapso? Houve uma ruptura entre a Antiguidade e a Idade Média naqueles anos? O conceito de Antiguidade Tardia veio justamente no âmbito destas perguntas e representou uma alternativa à percepção da decadência romana causada por agentes estrangeiros.

Mas mais do que o resultado de uma nova visão sobre a decadência romana, o termo Antiguidade Tardia despontou no contexto da crítica – ou crise – do paradigma iluminista. O texto, independente de quando e por quem foi escrito, perdeu seu status de testemunha imparcial de fatos na mesma medida em que se denunciou que nada o que já foi escrito ou produzido pela humanidade é ingênuo, ou seja, desinteressado. O próprio “fato” foi posto a prova: primeiro, mais do que dado ele é instituído; segundo, mesmo que fosse dado há entre o fato e o historiador um mediador inevitável, as fontes, que não são imparciais, isso inviabilizaria a apreensão do evento “tal como ocorreu”.

Além da denúncia às intenções aliou-se a esse cenário uma profunda desconfiança acerca de conceitos universalizantes, explicações absolutas descoladas da própria especificidade dos objetos a serem explicados e do momento no qual essas mesmas elucidações foram engendradas. O particular do universal passou a ser um incômodo evidente e tudo o que foi analisado mediante tais perspectivas tornou-se suspeito, inclui-se nisso a idéia de Queda do Império e nascimento da Idade Média.

Essa Queda do Império foi estabelecida baseada na observação de elementos entendidos como “fatos”, mas os fatos em si foram questionados, o que tínhamos em mãos eram “representações” de determinados eventos transmitidos pelas narrativas sobre eles. Ganhou espaço então o conceito de Antigüidade Tardia, alternativa salutar contra certezas duramente combatidas. O ano de 476 já não era um divisor de águas entre duas eras. (LIM & STRAW, 2004, introdução. CAMERON, 2004: 70-71).

Além dos questionamentos oriundos de críticas identificados no que se convencionou chamar “pós-modernidade” houve uma ampliação do objeto do historiador. A história política e econômica deixou de ser a única legítima. Aspectos como a religiosidade, crenças, literatura entre outros ganharam espaço ao mesmo tempo em que se ampliava o leque de fontes. A mudança, por exemplo, de um agente do poder político já não era o marco para uma nova época – como o ano de 476 e a deposição de Rômulo Augusto – tampouco crises econômicas eram suficientes para marcar o fim de um período e o início de outro. Nesse cenário destacou-se P. Brown. Seus trabalhos apontam justamente para a dificuldade em encerrar a história, por exemplo, política, em uma clausura sem qualquer relação com a história religiosa. Mediante essa perspectiva ampla o autor coloca em cheque justamente o fim do Império. (BROWN, 1993: 1-26). Cabe destacar que Brown foi um dos mais importantes divulgadores do conceito de Antigüidade Tardia.³

Devemos ainda considerar as abordagens baseadas na longa duração – ou na transmissão das tradições – que foram importantes para a cunhagem do termo Antigüidade Tardia. Essa abordagem não necessariamente se atém às características “culturais” destacadas por autores como P. Brown. A transmissão das tradições pode ser também analisada numa abordagem fundamentada na história política. Ora, a instauração dos reinos governados por líderes estrangeiros no âmbito das regiões outrora governadas por agentes do Império Romano não redundaram necessariamente numa ruptura. Conforme esta perspectiva, aqueles reis bárbaros foram continuadores da política romana, mantiveram as estruturas administrativas imperiais, promulgaram leis inspiradas nas leis romanas e tinham sua autoridade legitimada por mecanismos herdados dos romanos (FRIGHETTO, 2008: 19-42). A perenidade do Império é, nesse

³ Importante divulgador, mas não o criador. O termo já aparecia no final do século XIX, como nos trabalhos de Alois Riegl. (CÂNDIDO, 2008: 57).

sentido, uma realidade bastante tangível, concretizada pela própria estrutura social, política e econômica dos reinos que concatenavam autoridades de origem romana e bárbara, reinos, portanto, romano-bárbaros. Todavia, essa continuidade não deve ser ponderada a partir de valores absolutos, a transmissão da tradição é antes um processo profundamente dinâmico, marcado por ressignificações. Como destacou Frighetto:

Ao fim e ao cabo, temos diante de nós fontes e personagens que fazem parte da História, responsáveis pela preservação de idéias e de conceitos políticos do passado que sofreram, ao longo dos séculos, um processo de transformação que os tornou inteligíveis ao seu momento histórico. Podemos dizer, sem dúvida, que estes autores nos ensinam que as idéias e realizações do passado clássico romano republicano e imperial eram o combustível necessário para a legitimação dos poderes políticos nas monarquias romano-tardias e romano-bárbaras da Antiguidade Tardia. (FRIGHETTO, 2008: 37)

Percebemos até aqui que o conceito de Antiguidade Tardia é explicado à luz de dois argumentos principais: conforme a abordagem de Ward-Perkins ele se relaciona com a própria contemporaneidade do conhecimento histórico, a saber, o contexto da Europa no decorrer do século XX permitiu a emergência de concepções que relativizam o impacto das incursões bárbaras e suas relações com o fim do Império; já Cameron privilegia as questões epistemológicas para oferecer uma avaliação positiva sobre o conceito de Antiguidade Tardia. Essa distinção, acreditamos, deve ser mais encarada como didática do que efetiva. Se o conhecimento histórico possui historicidade, dificilmente podemos ignorar que questões relacionadas com a epistemologia da história também têm historicidade.

Ainda, a partir dos exemplos dos historiadores P. Brown e R. Frighetto é possível notar que os historiadores não necessariamente utilizam o conceito de Antiguidade Tardia de uma maneira uniforme. Se de fato “Antiguidade Tardia” remete a uma perspectiva de não ruptura, se nos conduz a uma reflexão sobre a rigidez cronológica, essa perenidade pode ser avaliada em diversas dimensões, desde a partir de abordagens relacionadas a aspectos mais “culturais” até a partir de perspectivas concernentes à história política, e ainda ao relativismo de fatos como a “Queda do Império Romano”. De todo o modo é difícil negar que o conceito de Antiguidade Tardia trouxe novos questionamentos e abordagens.

Todavia, a “Antiguidade Tardia” não é uma unanimidade entre os historiadores. As principais críticas ao conceito são oriundas dos pesquisadores que privilegiam fontes arqueológicas e a partir da observação dos resquícios materiais do período identificam um “declínio da civilização”. Especialistas como C. Wickham refutam veementemente o conceito de Antiguidade Tardia ao defenderem que a consolidação dos reinos romano-germânicos marcaram uma evidente ruptura com a antiguidade. Segundo ele, a idéia de continuidade deve a duas tendências independentes, uma de origem britânica – que tradicionalmente recusa qualquer menção a rupturas – e outra que advém dos historiadores dedicados a história da Igreja – que superestimam o cristianismo como evidência para continuidade entre o Império e o que ele chama de Early Middle Ages. Mesmo assim, é interessante notar que Wickham mostra-se muito desconfiado com as fontes escritas, o que aponta para o fato de que ele está ciente da crítica narrativa da década de 1960, conhecida como “virada linguística”. Todavia, o autor deposita suas esperanças nas fontes arqueológicas, vendo-as como testemunho imparcial dos eventos que marcaram o declínio do Império. (WICKHAM, 2005: 1-14). A perspectiva de Wickham é semelhante à de Ward-Perkins.

Muito embora os principais críticos ao conceito de Antiguidade Tardia sejam aqueles que dedicam maior atenção a fontes materiais, há historiadores que guardam reservas quanto ao conceito por entenderem que ele subordina o período a partir do século V à época imperial, como se aqueles séculos não tivessem apresentado qualquer inovação ou transformação em relação aos anos de domínio romano em significativa parte do ocidente europeu. Chamam a atenção para esse ponto pesquisadores como A. Gillet. Segundo ele, ao contrário de outros períodos, a Alta Idade Média raramente foi tratada como uma época capaz de criar seus próprios elementos, comumente, as visões sobre o colapso ou sobrevivência do Império romano dão forma à interpretação dos historiadores sobre o período (GILLET, 2006: 242). De fato a visão sobre o Império Romano está intimamente relacionada com a idéia de Antiguidade Tardia, mas o mesmo pode ser dito sobre a de Alta Idade Média, em ambos os casos Roma continua a ser a referência, tanto quando se fala na perenidade de suas estruturas quanto quando se fala em inovações em relação a elas.

O professor Marcelo Cândido também considera o termo “Alta Idade Média” mais pertinente. Segundo Cândido, o termo não significa necessariamente uma ruptura

entre a Antiguidade e a Idade Média, mas mais um período de reinvenção da herança clássica. Conforme o professor:

Sem querer atribuir significado excessivo aos marcos cronológicos, creio que a expressão Alta Idade Média é mais adequada do que Antiguidade Tardia à plasticidade das sociedades romano-bárbaras que emergem a partir dos séculos V e VI. Ela permite que se enxerguem os primeiros séculos da Idade Média como um locus de reinvenção da herança clássica, um espaço da construção de fenômenos específicos e originais, por exemplo, no domínio literário, o latim ‘altomedieval’, no domínio da história política, a Realeza Cristã, e, no domínio da economia rural, o ‘Grande Domínio’. (CÂNDIDO, 2008: 61).

Todavia, tampouco o conceito de Antiguidade Tardia se baseia numa interpretação que reduz aqueles anos à uma mera reprodução dos anteriores. Se o termo “Alta Idade Média” não significa uma ruptura, tampouco “Antiguidade Tardia” é sinônimo de continuidade, nenhuma das duas concepções redundando nesses dois extremos. Parece que tanto uma quanto a outra leva em consideração a “reinvenção da herança clássica”, talvez a diferença entre elas esteja no peso dado a essa reinvenção: é ela essencial para as sociedades pós século V ou um dos elementos que as constituem?

A resposta a essa pergunta não é simples e não há como esgotá-la nesse espaço. Se há algo minimamente evidente nessa problemática é que não nos libertamos do referencial romano e o estabelecimento deste referencial, conforme se apresenta na historiografia contemporânea, adveio dos séculos XVIII e XIX. Cabe perguntar se esse referencial é evidente, expresso nas fontes, marcante para o período, ou se estamos condicionados a adotá-lo. Neste caso, uma nova mudança na historiografia concernente à Antiguidade Tardia – ou Alta Idade Média – dependeriam de uma ruptura com a herança dos historiadores desses dois séculos que nos antecederam. As tentativas nesse sentido que surgiram no século XX foram impactantes para a história e seus ecos ainda são sentidos.

De todo o modo, se as possibilidades de uma ruptura com a tradição historiográfica da qual somos herdeiros parecem distantes, podemos ao menos problematizar os conceitos que caracterizam os marcos cronológicos sobre os quais trabalhamos. Tratam-se, nesse caso, tanto do conceito de Antiguidade Tardia quanto do de Alta Idade Média.

Ora, a divisão da história em idades, em histórias – antiga, medieval e moderna – é também fruto do legado dos historiadores dos séculos XVIII e XIX. Baseia-se numa perspectiva que parte de elementos específicos, quase que inteiramente oriundos da Europa, e os generaliza na construção de categorias, como a “Medieval” (REUTER, 1998: 25-45). Deste modo, por exemplo, a polarização da autoridade política, a privatização do poder e, mais popularmente, o feudalismo, caracterizariam a Idade Média. Mas será que estes fenômenos de fato ocorreram, ao menos, em toda a Europa Ocidental após o século V? O conceito de Antiguidade Tardia é capaz de dar conta da Europa insular e da Europa continental? Antes mesmo do século V, a romanização ocorreu de maneira uniforme na Britânia e na Gália? Se não, o declínio ou continuidade desta mesma romanização – ponto de referência fundamental para os historiadores, insistimos – ocorreu concomitantemente em todo o Ocidente Europeu? Certamente que não. Como argumenta Reuter, existiram diversas Idades Médias na Europa medieval e as diferenças entre as regiões européias raramente é contemplada quando se estabelece marcos cronológicos, certas características de determinadas áreas e período são usadas como categorias genéricas para definir todo um período. (REUTER, 1998: 35-36).

Se ainda não deslumbramos uma alternativa ao referencial romano – se é que essa alternativa é viável – seria pertinente levarmos em conta as nuances desse referencial nas diversas regiões e períodos inseridos nos aproximadamente mil anos que denominamos “medievais”. Mais do que lutarmos contra um referencial podemos analisa-lo em suas diversas manifestações. Ora, é notável que a romanização dos visigodos era muito mais evidente do que a dos francos, dentro da própria Gália merovíngia existiam diferenças regionais, as diferenças entre a Britânia e a Hispânia eram significativas e esse fato não é só verdade para a Antiguidade Tardia, ou Alta Idade Média, mas para todo o período dito medieval. E ainda hoje, mesmo no tempo da alarmada globalização.

Talvez o conceito de Alta Idade Média seja pertinente para a Gália Merovíngia, mas o conceito de Antiguidade Tardia seja mais condizente com a Hispânia visigoda, a história é descontínua. Não podemos, todavia, relegar os pontos de referência para o ostracismo sob pena de fragmentarmos a história, sob pena de perdermos a inteligibilidade. Ter consciência desses referenciais, mesmo que convencionados, é

diferente de abandoná-los. Generalizá-los arbitrariamente, por outro lado, pode nos levar a perda da verossimilhança.

O referencial romano⁴ talvez seja, ainda, mais um problema da historiografia contemporânea, ainda assombrada pelos fantasmas dos historiadores do outrora, do que um impeditivo de fato para a compreensão do período que nos interessa. Ora, quando em 471 Sidônio Apolinário escreveu ao imperador Majorianus:

E uma vez que viestes, única esperança de um mundo esgotado, nós vos pedimos, restaurai as nossas ruínas e, ao passar, lançai o vosso olhar, ó vencedor, sobre Lyon que é vossa: de vós implora o repouso, destruída por dificuldades sem conta; dai-lhe a paz, restitui-lhe a coragem: o pescoço fatigado do jovem touro, se deixar um instante a charrua, fará com que trabalhe em seguida melhor a terra compacta do campo. Gado, colheitas, colonos, cidadãos, tudo a nossa cidade perdeu... sucumbimos sob as devastações, sob o incêndio, mas vinde e daí vida a todas as coisas.

Não clamava ele ao Imperador de Roma pela recuperação das províncias devastadas pelos bárbaros? Quando o bispo Hidácio de Chaves registrou em sua crônica:

48. Enquanto por toda Espanha os bárbaros se entregam a bacanais e, [por todo lado], a epidemia da peste não faz menores devastações, as riquezas e os víveres armazenados nas cidades são esbulhados pelo tirânico coletor de impostos. E as hordas da militância encarregam-se de tudo malbaratar. Grassa uma fome medonha a tal ponto que, sob o acicate da fome, carne humana é devorada por humana gente. E até as mesmas mães tomam por pascigo os corpos daqueles que elas próprias geraram, matando-os e cozendo-os em seguida. Os animais selvagens e ferozes acostumados aos cadáveres dos que morriam pelo ferro, pela fome e pela peste, matam os homens, ainda os mais fortes, e, alimentados pela sua carne, por toda parte se entregam ao extermínio do gênero humano. E destarte, pelas quatro pragas, a saber: ferro, fome e feras, seviciados por toda a parte no mundo inteiro, se cumprem os avisos anunciados pelo Senhor através dos seus profetas.

Não se referiu a uma crise que se abatia diante das dificuldades enfrentadas pelas províncias romanas no Ocidente? Estaria ele exagerando? Quando, posteriormente,

⁴ Ou civilizatório?

Gregório de Tours comemorou as conquistas de Clóvis e Isidoro de Sevilha as de Leovigildo, celebravam realmente as conquistas de reis bárbaros ou de reis dos francos e galo-romanos e dos visigodos e hispano-romanos?

Trazemos mais perguntas do que respostas, é preciso reconhecer. Mas este texto objetivou compartilhar algumas perguntas que surgiram no decorrer do mestrado e que se mostram mais complexas durante o doutorado. Acreditamos que são questões que devemos enfrentar, como nos ensinou Montesquieu:

Quando se lançam os olhos sobre os monumentos de nossa história e de nossas leis, parece que tudo é mar, e que até as praias faltam ao mar. Todos esses escritos frios, secos, insípidos e duros, é preciso lê-los; é preciso devorá-los, como a fábula diz que Saturno devorava as pedras.

BIBLIOGRAFIA

BROWN, Peter. *The making of Late Antiquity*. Cambridge & Londres: Harvard University Press, 1993.

CÂNDIDO, M. Entre "Antiguidade Tardia" e "Alta Idade Média". *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v.12, n.2/n.3, p. 53-64, 2008.

COLLINS, Roger. *La España Visigoda (409-711)*. Barcelona: Crítica, 2005.

FUSTEL DE COULANGES, N. D. Da maneira de escrever a história na França e na Alemanha nos últimos cinquenta anos. In: HARTOG, F. *O século XIX e a história. O caso de Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 346-356. Artigo originalmente publicado em: *Revue des Deux Mondes* em 1 de setembro de 1872.

GEARY, Patrick. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad, 2005.

GILLET, Andrew. Ethnogenesis: A contested model of Early Medieval Europe. *History Compass*. v.4, n.2, p.241-269, 2006.

LIM, Richard & STRAW, Carole. *The past before us. The challenge of historiographies of Late Antiquity*. Turnhout: Brepols, 2004.

MAZZARINO, Santo. *O fim do mundo Antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

REUTER, Timothy. Medieval: another tyrannous construct? *The Medieval History Journal*, v.1. n.25, p.25-45. 1998.

TODD, Malcolm. *The Early Germans*. Maryland, Oxford, Victoria: Blackwell Publishing, 2004.

WARD-PERKINS, B. *The fall of Rome and the end of Civilization*. New York: Oxford University Press, 2005.

WICKHAM, Chris. *Framing the Early Middle Ages*. Europe and the Mediterranean. 400-800. Nova York: Oxford University Press, 2005.